

RESOLUÇÃO Nº 002/2024, DE 20 DE NOVEMBRO DE 2024.

Estabelece a redação final para o projeto de alteração do Protocolo de Intenções/Contrato de Consórcio e do Estatuto do Consórcio Intermunicipal de Desenvolvimento Regional Três Rios – CM3R, e dá outras providências.

O PRESIDENTE DO CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL TRÊS RIOS – CM3R, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Protocolo de Intenções ratificado pelos Municípios, pelo Contrato de Consórcio Público e pelo Estatuto do Consórcio; e

Considerando-se as deliberações da Assembleia Geral Extraordinária do Consórcio, realizada nesta data na cidade de Goiânia - GO;

RESOLVE:

Art. 1º - Estabelecer a redação final para o projeto de alteração do Protocolo de Intenções/Contrato de Consórcio e do Estatuto do Consórcio Intermunicipal De Desenvolvimento Regional Três Rios – CM3R, de acordo com a proposta aprovada, na forma dos anexos I e II desta Resolução.

Art. 2º - Por deliberação da Assembleia Geral, as redações finais de que trata o artigo anterior ficaram aprovadas e deverão ser publicadas para os fins legais, dando-se conhecimento aos interessados.

Parágrafo Único - Após a publicação, a Superintendência do Consórcio deverá providenciar o encaminhamento da minuta do projeto de lei com a redação final aprovada, para que os Municípios submetam a ratificação do Poder Legislativo, conforme Art. 12-A da Lei Federal 14.662/2023, e assim seja formalizado o Termo Aditivo do Contrato de Consórcio.

Art. 3º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Goiânia - GO, 20 de novembro de 2024.



ANDRÉ DE SOUZA CHAVES
Presidente do Consórcio
Presidente da Assembleia Geral
Prefeito de Buriti Alegre - GO

PROPOSTA APROVADA

ANEXO - I

ALTERAÇÃO DE PROTOCOLO/CONTRATO

(Redação final das alterações do Protocolo de Intenções/Contrato de Consórcio Público, aprovado pela Assembleia Geral do dia 20/11/2024)

O Protocolo de Intenções/Contrato de Consórcio Público do CM3R, firmado em 11/05/2012 e aditado em 18/01/2023 (1º Termo Aditivo), e as decisões das assembleias: AGE de 18/01/2023, AGE de 29/03/2023, AGE de 28/04/2023, passa a vigorar com as seguintes alterações:

CONTRATO DO CM3R

QUALIFICAÇÃO DOS SUBSCRITORES – (ATUALIZAÇÃO)

CAPÍTULO I - DA SEDE, DO PRAZO, DOS ENTES CONSORCIADOS E DO REGIME JURIDICO

CLÁUSULA PRIMEIRA – (INALTERADA)

CLÁUSULA SEGUNDA – (INSERÇÃO DO INCISO XX, E INCISO XI)

CLÁUSULA SEGUNDA – São subscritores deste Contrato os entes federados a seguir identificados que ratificaram em lei municipal a sua condição de consorciado, nos termos da lei federal nº 11.107/2005, e seu Decreto 6.107/2007:

XX - MUNICÍPIO DE ITUMBIARA, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ com o nº 02.204.196/0001-61, com sede na Av. Beira Rio, nº 01, Vila de Furnas, Itumbiara – GO, representado por seu prefeito (Lei municipal nº 5.256/2023). *(redação dada pelo 1º Termo Aditivo/2023)*

XXI – MUNICÍPIO DE CACHOEIRA DOURADA, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ com o nº 00.079.806/0001-17, com sede na Praça dos Três Poderes, nº 10, centro, Cachoeira Dourada – GO, representado por seu prefeito (Lei municipal nº 930/2023);

CLÁUSULA TERCEIRA – (ALTERAÇÃO DO CAPUT)

CLÁUSULA TERCEIRA – Somente será considerado consorciado, o ente da federação que subscreveu o Protocolo de Intenções e este Contrato originalmente bem como

aqueles que subscrevendo-os posteriormente, submeter a sua adesão a casa legislativa competente para ratificar por meio de lei.

CLÁUSULA QUARTA – (INALTERADA)

CLÁUSULA QUINTA – (ALTERAÇÃO E INSERÇÃO DO PARAGRAFO ÚNICO)

CLÁUSULA QUINTA – O ingresso de ente da Federação que não subscreva originalmente o Protocolo de Intenções, somente poderá integrar o Consórcio mediante pedido formal à Diretoria Executiva, e de instrumento de alteração do Contrato de Consórcio Público que, conforme prevê o Art. 12-A da Lei Federal 14.662/2023, terá a sua eficácia condicionada à sua aprovação pela Assembleia Geral do Consórcio e à ratificação mediante lei pela maioria dos entes consorciados.

Parágrafo único – O estatuto poderá dispor sobre procedimento de ingresso de novo ente no Consórcio.

CAPITULO II

DAS FINALIDADES - (RENOMEADO)

DAS FINALIDADES E ÁREAS DE SERVIÇOS

SEÇÃO I

DAS FINALIDADES GERAIS - (INSERÇÃO DA CLAUSULA SEXTA-A)

CLÁUSULA SEXTA – (INSERÇÃO DOS INCISOS XIII, XIV, XV e XVI)

CLÁUSULA SEXTA – São finalidades gerais do **CM3R**:

.....
XIII - o compartilhamento ou uso em comum de bens, máquinas, instrumentos e equipamentos;

XIV - a promoção do uso racional dos recursos naturais e a proteção ao meio-ambiente;

XV – captação de recursos via emendas parlamentares para execução de obras, aquisição de veículos, máquinas e equipamentos, de interesse comum, nas áreas de serviços objeto do consórcio; e

XVI - realizar licitação compartilhada da qual decorram contratos administrativos celebrados por entes consorciados ou órgãos de sua administração indireta dentro das áreas de atuação do Consórcio.

CLÁUSULA SEXTA-A – Os objetivos do Consórcio serão implementados nas seguintes áreas de serviço público:

- I – Saneamento Básico;
- II – Meio Ambiente;
- III – Saúde;
- IV – Educação;
- V – Recursos Hídricos;
- VI – Energia e Iluminação Pública;
- VII – Transporte;
- VIII – Trânsito;
- IX – Indústria e Comércio e Agricultura. e
- X – Assistência Social

Parágrafo único – A Diretoria Executiva poderá propor e a Assembleia Geral do consórcio deliberar sobre a inclusão de outras áreas de serviço público.

SEÇÃO II

DAS FINALIDADES ESPECÍFICAS (ALTERAÇÕES E INSERÇÃO DAS CLAUSULAS: SÉTIMA-A, SÉTIMA-B, SÉTIMA-C, SÉTIMA-D, SÉTIMA-E, SÉTIMA-F, SÉTIMA-G, SÉTIMA-H, SÉTIMA-I, SÉTIMA-J, SÉTIMA-K, SÉTIMA-L)

CLÁUSULA SÉTIMA – (ALTERAÇÃO DO CAPUT E REVOGAÇÃO DOS INCISOS II, IV, V, REVOGAÇÃO DOS PARÁGRAFOS PRIMEIRO, SEGUNDO, TERCEIRO, RENUMERAÇÃO DOS INCISOS III, VI)

CLÁUSULA SÉTIMA – Na área de SANEAMENTO BÁSICO, atuar por meio de ações regionais, como gestor, articulador, planejador ou executor:

II – na implementação de melhorias sanitárias, de características socioambientais, bem como o desenvolvimento de programas de educação sanitária e ambiental, sem prejuízo de que os entes consorciados desenvolvam ações e programas iguais ou semelhantes;

III – na promoção de programa regional de coleta seletiva, reutilização e reciclagem, observado o disposto no plano regional dos serviços de limpeza urbana e manejo de resíduos sólidos sob responsabilidade do **CM3R**;

CLÁUSULA SÉTIMA-A – Na área AMBIENTAL, atuar na preservação, recuperação e fiscalização do meio ambiente:

I – na operacionalização da gestão ambiental integrada, conforme diretrizes estabelecidas pelos entes consorciados, sem prejuízo das iniciativas municipais;

II – exercer competências de Licenciamento Ambiental por meio de apoio técnico e operacional aos municípios consorciados, das atividades e empreendimentos que causem ou possam causar impacto ambiental de âmbito local, mediante credenciamento junto à SEMAD/GO;

CLÁUSULA SÉTIMA-B – Na área de SAÚDE, obras, aquisição de materiais e serviços:

- I – compra de veículos de transporte de pacientes;
- II – compra de medicamentos de uso contínuo e ambulatoriais para atendimento de programas municipais;
- III – compra de equipamentos e aparelhos de exame;
- IV – contratação de cirurgias médicas;
- V – contratação de exames clínicos; e
- VI – construção de unidades de saúde.

CLÁUSULA SÉTIMA-C – Na área de EDUCAÇÃO, obras, veículos, materiais e serviços:

- I – compra de materiais escolares para atendimento de programas municipais;
- II – compra de veículos de transporte escolar;
- III – compra de móveis e equipamentos para escolas públicas; e
- IV – construção e reforma de escolas.

CLÁUSULA SÉTIMA-D – Na área de RECURSOS HIDRÍCOS, fiscalizar o uso sustentável das águas:

- I – representação dos entes consorciados nos Comitês de Bacias Hidrográficas no território do Consórcio; e
- II – recuperação de nascentes, e matas ciliares.

CLÁUSULA SÉTIMA-E – Na área de ENERGIA E ILUMINAÇÃO PÚBLICA, usinas de energia, aquisição de materiais e serviços:

- I – compra de lâmpadas, cabos, postes, e outros materiais elétricos;
- II – aquisição de veículos, máquinas e equipamentos para prestação compartilhada do serviço junto aos entes consorciados; e
- III - implementação de fontes alternativas de energia sustentável, inclusive a energia solar, eólica em toda a sua extensão e outras.

CLÁUSULA SÉTIMA-F – Na área de TRANSPORTE, obras, desenvolvimento da infraestrutura, manutenção de vias municipais e estaduais, e manutenção de veículos e máquina:

- I – celebração de convenio com a GOINFRA-GO para manutenção de rodovias, pavimentação, construções de pontes, e uso compartilhado de máquinas e equipamentos; e
- II – aquisição de peças de veículos e máquinas.

CLÁUSULA SÉTIMA-G – Na área de TRÂNSITO, segurança de Trânsito:

I – celebração de convenio com o DETRAN-GO para sinalização e educação de trânsito nos municípios consorciados.

CLÁUSULA SÉTIMA-H – Na área de INDÚSTRIA, COMÉRCIO E AGRICULTURA, promover a implantação de indústrias na região do consórcio, o desenvolvimento do comércio regional, o registro sanitário de produtos (serviço de inspeção municipal), via consórcio:

I – implantação de Polos Industriais na região; e

II – implantação do Serviço de Inspeção Municipal – SIM, via Consórcio, para registro sanitário de estabelecimentos de produtos alimentícios de origem animal e vegetal.

CLÁUSULA SÉTIMA-I – Na área de ASSISTENCIA SOCIAL, apoiar a realização de Programas Assistenciais dos municípios:

I – construção de moradias populares;

II – construção de creches;

III – aquisição de cestas básicas para doação; e

IV – aquisição de enxovais de bebê.

CLÁUSULA SÉTIMA-J – Para implementação das finalidades do Consórcio serão elaborados planos de trabalho específicos, detalhados com total abrangência de critérios necessários e próprios para cada área acima definida, inclusive para os contratos de rateio, previamente aprovados pela Assembleia Geral;

Parágrafo primeiro – O CM3R atuará regionalmente e sua área de atuação será a totalidade dos territórios dos municípios consorciados.

Parágrafo segundo – O ingresso do Estado de Goiás e/ou da União no CM3R obrigará a atuação de forma vertical, projetando-se sobre a soma dos territórios dos entes consorciados.

CLÁUSULA SÉTIMA-K – O Consórcio promoverá formas articuladas de planejamento do desenvolvimento regional, criando mecanismos conjuntos para consultas, estudos técnicos, apoio e o fomento do intercâmbio de experiências entre os entes consorciados;

CLÁUSULA SÉTIMA-L – Mediante deliberação da assembleia geral as ações mencionadas nos incisos acima poderão ser ampliadas para atendimento de outras necessidades dos municípios, desde que seja considerada como ação integrada ou regional.

CAPITULO III

DOS INSTRUMENTOS DE GESTÃO (INSERÇÃO DA CLAUSULA OITAVA-A, OITAVA-B)

CLÁUSULA OITAVA –(INALTERADA)

CLÁUSULA OITAVA-A – O Consórcio Público poderá realizar licitação cujo edital preveja contratos e/ou atas de registro de preços a serem celebrados pela Administração direta ou indireta dos Entes da Federação consorciados, nos termos da lei.

Parágrafo primeiro – O CM3R poderá manter sistema de registro de preços, observado o disposto no item anterior.

Parágrafo primeiro – Todas as licitações terão publicidade nos casos e formas previstos na legislação federal respectiva.

Parágrafo primeiro – Caso o CM3R não possua empregados públicos permanentes para integrarem a Comissão de Licitações, esta poderá funcionar com a designação de servidores efetivos de qualquer um dos Entes consorciados.

Parágrafo primeiro – O CM3R poderá aderir a prestação de serviços de licitações e contratos realizada por outros Consórcios e/ou por seus Municípios consorciados.

Parágrafo primeiro – Fica o Consórcio autorizado a contratar, observadas a ordem de classificação, os critérios e os valores, com os vencedores de certames lançados pelos entes federados que o integram.

CLÁUSULA OITAVA-B – O CM3R terá legitimidade para representar o conjunto dos entes consorciados judicialmente e perante a administração direta ou indireta de outros entes federados, organizações governamentais ou não governamentais, nacionais ou estrangeiras, quando o objeto de interesse referir-se às suas finalidades.

CAPÍTULO IV

DA REPRESENTAÇÃO EM MATÉRIA DE INTERESSE COMUM - (RENOMEADO, ALTERAÇÃO, E INSERÇÃO DA CLÁUSULA NONA-A)

DOS DIREITOS E DEVERES DOS CONSORCIADOS

CLÁUSULA NONA – (NOVA REDAÇÃO)

CLÁUSULA NONA – Constituem direitos dos consorciados:

- I – participar das Assembleias Gerais e discutir os assuntos submetidos à apreciação dos consorciados;
- II – votar e ser votado para os cargos de Presidente, Diretores e Conselheiros;
- III – propor medidas que visem atender aos objetivos e interesses dos Municípios e ao aprimoramento do Consórcio; e
- IV – compor a Assembleia Geral do Consórcio nas condições estabelecidas pelo Contrato de Consórcio Público.

Parágrafo único. Quando adimplente com suas obrigações, qualquer ente consorciado é parte legítima para votar e ser votado, bem como exigir o pleno cumprimento das cláusulas previstas neste protocolo de intenções ou no contrato do consórcio público.

CLÁUSULA NONA-A – Constituem deveres sociais:

- I –** cumprir e fazer cumprir o Protocolo de Intenções/Contrato de Consórcio e o Estatuto, em especial, quanto aos pagamentos devidos ao **CM3R**;
- II –** acatar as determinações da Assembleia Geral, cumprindo com as deliberações e obrigações do Consórcio, em especial ao que determinam o Protocolo de Intenções/Contrato de Consórcio e o Estatuto, os Contratos de Programa, os Contratos de Rateio, e outros instrumentos pactuados com o **CM3R**;
- III –** cooperar para o desenvolvimento das atividades do Consórcio, bem como, contribuir com a ordem e a harmonia entre os consorciados e colaboradores; e
- IV –** participar ativamente das reuniões e Assembleias Gerais do Consórcio.

CAPÍTULO V

DA ORGANIZAÇÃO ADMINISTRATIVA – (INSERÇÃO DA SEÇÃO IX)

CLÁUSULA DÉCIMA – (INSERÇÃO DO INCISO IX)

CLÁUSULA DÉCIMA – Para o cumprimento de suas finalidades, o **CM3R** contará com a seguinte estrutura administrativa:

.....
IX – Comissões Técnicas;

SEÇÃO I

DA ASSEMBLEIA GERAL

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – (INALTERADA)

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – (ALTERAÇÃO DO PARAGRAFO PRIMEIRO P/ PARAGRAFO ÚNICO COM NOVA REDAÇÃO, E REVOGAÇÃO DO PARAGRAFO SEGUNDO)

Parágrafo único – A assembleia geral reunirá mediante convocação de seu presidente ou por maioria simples de seus membros, na forma estabelecida no estatuto.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – (ALTERAÇÃO DO CAPUT, E DOS PARAGRAFOS PRIMEIRO E SEGUNDO)

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – O quórum exigido para a instalação da assembleia geral em primeira convocação é da maioria absoluta dos entes consorciados.

Parágrafo primeiro – Caso a assembleia geral não se instale em primeira convocação, considera-se automaticamente convocada e em segunda convocação 30 (trinta) minutos depois, no mesmo local, instalar-se-á com qualquer número de consorciados presentes.

Parágrafo segundo – As deliberações da assembleia geral serão tomadas por maioria simples dos membros presentes, salva as disposições específicas.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – (ALTERAÇÃO DO INCISO I, E DO PARAGRAFO ÚNICO)

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – Compete à assembleia geral:

I – homologar o ingresso no **CM3R** de ente federativo que tenha ratificado o Protocolo de Intenções após 02 (dois) anos de sua subscrição;

.....

Parágrafo único – Somente será aprovada a cessão de servidores com ônus para o **CM3R** mediante aprovação de maioria simples da assembleia geral, no caso de o ônus da cessão ficar com consorciado ou conveniado, exigir-se-á apenas aceitação do presidente.

SEÇÃO II

DA DIRETORIA EXECUTIVA

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – (INALTERADA)

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – (ALTERAÇÃO)

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - A Diretoria reunir-se-á pelo menos a cada 3 (três) meses, sendo suas reuniões convocadas pelo Presidente ou pela maioria dos seus membros.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - (ALTERAÇÃO DO PARAGRAFO ÚNICO P/ PARAGRAFO PRIMEIRO, E INSERÇÃO DO PARAGRAFO SEGUNDO)

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - Compete à Diretoria Executiva julgar recursos, aprovar tarifas e preços públicos, aprovar regulamentos, aprovar reajuste de servidores, autorizar procedimentos licitatórios, supervisionar procedimentos técnicos administrativos e operacionais, aprovar planos de ações, e propor alteração do Protocolo de Intenções/contrato de consórcio do **CM3R**.

Parágrafo primeiro - Dos atos da Diretoria se dará publicidade, por meio do sítio eletrônico do **CM3R**.

Parágrafo segundo – O Estatuto poderá dispor sobre outras competências da Diretoria Executiva.

SEÇÃO III

DA ELEIÇÃO, POSSE E MANDATOS DO CM3R

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA - (INALTERADA)

CLÁUSULA DÉCIMA NONA - (INALTERADA)

CLÁUSULA VIGÉSIMA - (INALTERADA)

CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA - (INALTERADA)

CLÁUSULA VIGÉSIMA SEGUNDA - (INALTERADA)

CLÁUSULA VIGÉSIMA TERCEIRA - (INALTERADA)

SEÇÃO VI

DA COMPETÊNCIA DO PRESIDENTE

CLÁUSULA VIGÉSIMA QUARTA - (ALTERAÇÃO DO PARAGRAFO ÚNICO)

Parágrafo único – Os estatutos poderão estabelecer outras competências, e definir os atos do presidente que poderão ser delegados ao tesoureiro e ao superintendente.

CLÁUSULA VIGÉSIMA QUINTA - (INALTERADA)

SEÇÃO V

DO 1º E 2º SECRETÁRIOS

CLAUSULA VIGÉSIMA SEXTA – (INALTERADA)

SEÇÃO VI

DO TESOUREIRO

CLÁUSULA VIGÉSIMA SÉTIMA – (INALTERADA)

SEÇÃO VII

DO CONSELHO FISCAL

CLÁUSULA VIGÉSIMA OITAVA – (ALTERAÇÃO DO CAPUT)

CLÁUSULA VIGÉSIMA OITAVA – O Conselho Fiscal é o órgão de controle e fiscalização interna do Consórcio, constituído de 03 (três) membros efetivos e de 02 (dois) membros suplentes sendo estes: 1º suplente e 2º suplente, serão eleitos na mesma Assembleia de eleição da Diretoria Executiva, por indicações consensuais feitas pelos participantes da assembleia.

CLÁUSULA VIGÉSIMA NONA – (ALTERAÇÃO DO CAPUT E INSERÇÃO DO PARAGRAFO ÚNICO)

CLÁUSULA VIGÉSIMA NONA – Compete ao conselho fiscal fiscalizar toda atividade econômica da Consórcio, analisar e opinar nas contas anuais de gestão e de governo do CM3R, manifestando pela regularidade ou irregularidade das mesmas.

Parágrafo único. Os estatutos poderão dispor sobre outras competências do Conselho Fiscal.

SEÇÃO VIII

DA SUPERINTENDENCIA

CLÁUSULA TRIGÉSIMA – (ALTERAÇÃO COM INSERÇÃO DOS INCISOS I, II, III, E PARAGRAFO ÚNICO)

CLÁUSULA TRIGÉSIMA – A superintendência é constituída por um superintendente e um assessor da superintendência.

Parágrafo primeiro – O cargo em comissão de Superintendente será provido mediante indicação do Presidente do Consórcio, homologada pela Assembleia Geral, entre pessoas que satisfaçam os seguintes requisitos:

I - reconhecida idoneidade moral;

II - formação de nível superior; e

III - conhecimento profissional na área de gestão pública;

Parágrafo segundo – O cargo em comissão de Assessor da Superintendência será provido mediante indicação do Presidente do Consórcio.

CLÁUSULA TRIGÉSIMA PRIMEIRA – (ALTERAÇÃO DO INCISO XV, E INSERÇÃO DO PARAGRAFO ÚNICO)

CLÁUSULA TRIGÉSIMA PRIMEIRA – Compete ao Superintendente auxiliar a presidência, no planejamento, na coordenação, no controle e na execução das atividades referentes a finalidade e objetivos do **CM3R**, executando as rotinas administrativas, e exercendo, dentre outras, as seguintes atribuições:

.....
XV – elaborar o relatório de ações e atividades desenvolvidas pelo CM3R;
.....

Parágrafo primeiro – Os estatutos poderão dispor sobre outras competências do Superintendente, que não sejam atribuições de cargos de direção do Consórcio.

CLAÚSULA TRIGÉSIMA SEGUNDA – (REORDENADA COMO CLÁUSULA TRIGÉSIMA PRIMEIRA-A)

CLÁUSULA TRIGÉSIMA PRIMEIRA-A – compete ao assessor da superintendência exercer a atividade subsidiária e de apoio ao superintendente nas atividades da sua competência;

SEÇÃO IX

DS COMISSÕES TÉCNICAS

CLAÚSULA TRIGÉSIMA SEGUNDA – As comissões Técnicas serão órgãos de apoio a administração do Consórcio auxiliando no cumprimento de seus objetivos nas áreas de serviço público definidas no Contrato de Consórcio.

Parágrafo primeiro – As Comissões Técnicas serão criadas pelo Presidente do Consórcio através de portaria.

Parágrafo segundo – Os Técnicos serão do quadro de pessoal do Consórcio ou cedidos pelos entes consorciados, mediante solicitação do Presidente do consórcio.

Parágrafo terceiro – As Comissões poderão funcionar de forma permanente ou por tempo determinado, de acordo com as exigências das demandas.

CLAUSULA TRIGÉSIMA SEGUNDA-A – Compete as Comissões Técnicas:

- I - elaboração de Estudos Técnicos;
- II - elaboração de Planos de Trabalho;
- III - emitir pareceres técnicos;
- IV - planejar e realizar procedimentos técnicos administrativos;
- V - inspecionar serviços prestados pelo/ao Consórcio; e
- VI - acompanhar a execução de projetos.

Parágrafo único. Os estatutos poderão dispor sobre outras competências das Comissões Técnicas, sua composição e funcionamento,

CAPÍTULO VI

DA GESTÃO ASSOCIADA DE SERVIÇOS PÚBLICOS DA AUTORIZAÇÃO DA GESTÃO ASSOCIADA

CLÁUSULA TRIGÉSIMA TERCEIRA – (INALTERADA)

CLÁUSULA TRIGÉSIMA QUARTA – (INALTERADA)

CLÁUSULA TRIGÉSIMA QUINTA – (INALTERADA)

CAPÍTULO VII

DO CONTRATO DE PROGRAMA

CLÁUSULA TRIGÉSIMA SEXTA – (INALTERADA)

CLÁUSULA TRIGÉSIMA SÉTIMA – (INALTERADA)

CLÁUSULA TRIGÉSIMA OITAVA – (INALTERADA)

CLÁUSULA TRIGÉSIMA NONA – (INALTERADA)

CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA – (INALTERADA)

CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA PRIMEIRA – (INALTERADA)

CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA SEGUNDA – (INALTERADA)

CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA TERCEIRA – (INALTERADA)

CAPÍTULO VIII

DO REGIME ECONÔMICO FINANCEIRO

CLÁUSULA QUADRAGESIMA QUARTA – (INALTERADA)

CLÁUSULA QUADRAGESIMA QUINTA – (INALTERADA)

CLÁUSULA QUADRAGESIMA SEXTA – (INALTERADA)

CLÁUSULA QUADRAGESIMA SÉTIMA – (INALTERADA)

CLÁUSULA QUADRAGESIMA OITAVA – (INALTERADA)

CLÁUSULA QUADRAGESIMA NONA – (INALTERADA)

CAPITULO IX

DOS RECURSOS HUMANOS

SEÇÃO I

DO QUADRO DE PESSOAL

CLÁUSULA QUINQUAGÉSIMA – (INSERÇÃO DO PARAGRAFO TERCEIRO)

CLÁUSULA QUINQUAGÉSIMA – O quadro de pessoal do **CM3R** será regido pela Consolidação das Leis do Trabalho e será formado pelos empregos públicos no número, forma de provimento, requisitos de nomeação, remuneração previstos no Anexo I.

.....

Parágrafo terceiro – Com exceção do cargo de Superintendente e de Assessor da Superintendência, de livre provimento em comissão, os demais empregos do Consórcio serão providos mediante concurso público de provas ou de provas e títulos.

CLÁUSULA QUINQUAGÉSIMA PRIMEIRA – (INALTERADA)

CLÁUSULA QUINQUAGÉSIMA SEGUNDA – (INALTERADA)

SEÇÃO II

DA CESSÃO DE SERVIDORES PELOS ENTES CONSORCIADOS
(ALTERAÇÃO, E INSERÇÃO DA CLAUSULA QUINQUAGÉSIMA TERCEIRA-A)

CLÁUSULA QUINQUAGÉSIMA TERCEIRA – (ALTERAÇÃO DO CAPUT)

CLÁUSULA QUINQUAGÉSIMA TERCEIRA – Os entes consorciados, suas autarquias, empresas públicas, associações de representação de municípios constituída na forma da Lei Federal nº 14.341 de 18 de maio de 2022 e/ou reconhecidas de utilidade pública, poderão disponibilizar servidores para ocupar os cargos, funções administrativas, contábeis, controle interno, e as comissões técnicas do Consórcio, na forma e condições da legislação de cada um.

CLÁUSULA QUINQUAGÉSIMA TERCEIRA-A – Até que que o **CM3R** tenha servidores efetivos no seu quadro de pessoal, os membros da Comissão Permanente de

Contratação do Consórcio, bem como o Pregoeiro e o Controlador Interno serão cedidos pelos municípios consorciados e nomeados pelo presidente do **CM3R**

Parágrafo único. Os servidores serão colocados à disposição do **CM3R**, podendo ser gratificados pelo Consórcio pela função extra do cargo de origem.

SEÇÃO III

DA CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO PARA ATENDER NECESSIDADE TEMPORÁRIA DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO

CLÁUSULA QUINQUAGÉSIMA QUARTA – (INALTERADA)

CLÁUSULA QUINQUAGÉSIMA QUINTA – (INALTERADA)

CLÁUSULA QUINQUAGÉSIMA SEXTA – (INALTERADA)

CLÁUSULA QUINQUAGÉSIMA SÉTIMA – (INALTERADA)

CLÁUSULA QUINQUAGÉSIMA OITAVA – (INALTERADA)

CAPÍTULO X

DA RETIRADA E EXCLUSÃO DE ENTE CONSORCIADO

CLÁUSULA QUINQUAGÉSIMA NONA – (ALTERAÇÃO DO CAPUT)

CLÁUSULA QUINQUAGÉSIMA NONA – A retirada do ente consorciado deverá ser procedida de comunicação formal a assembleia geral com antecedência mínima de 30 (trinta) dias na forma previamente disciplinada por lei.

CLÁUSULA SEXAGÉSIMA – (INALTERADA)

CLÁUSULA SEXAGÉSIMA PRIMEIRA – (INALTERADA)

CLÁUSULA SEXAGÉSIMA SEGUNDA – (INALTERADA)

CAPÍTULO XI

DA ALTERAÇÃO E DA EXTINÇÃO DO CONSORCIO INTERMUNICIPAL – (RENOMEADO)

DA EXTINÇÃO DO CONSORCIO INTERMUNICIPAL

CLÁUSULA SEXAGÉSIMA TERCEIRA – (ALTERAÇÃO DO CAPUT)

CLÁUSULA SEXAGÉSIMA TERCEIRA – A extinção do contrato de consórcio público dependerá de instrumento aprovado pela assembleia geral, ratificado mediante lei por todos os consorciados.

CAPÍTULO XII

DA ALTERAÇÃO DOS ESTATUTOS – (RENOMEADO, COM INSEÇÃO DAS CLAUSULAS: SEXAGÉSIMA QUARTA-A, SEXAGÉSIMA QUARTA-B)

DA ALTERAÇÃO DO ESTATUTO, DO PROTOCOLO DE INTENÇÕES E DO CONTRATO DE CONSÓRCIO.

CLÁUSULA SEXAGÉSIMA QUARTA – (ALTERAÇÃO DO CAPUT)

CLÁUSULA SEXAGÉSIMA QUARTA – Para alteração do estatuto é necessário apresentação de proposta pela Diretoria Executiva ou por pelo menos dois entes consorciados, a qual será apresentado à assembleia para aprovação, e posterior publicação em até 60 (sessenta) dias.

CLÁUSULA SEXAGÉSIMA QUARTA-A – Alterações no Protocolo de Intenções terão caráter originário e implicarão na sua imediata aplicabilidade a partir do momento em que se obtiver a maioria simples de aprovações por intermédio do respectivo ato legislativo dos entes consorciados.

Parágrafo primeiro – A alteração do Protocolo de Intenções observará o procedimento estabelecido nesta clausula e na legislação aplicável.

Parágrafo segundo – Mediante a proposta da Diretoria Executiva, o Presidente convocará Assembleia Geral Extraordinária com no mínimo 10 (dez) dias de antecedência da data de sua realização, por meio de edital publicado no Diário Oficial dos Municípios de Goiás, no quadro de avisos da sede do Consórcio, no sítio da Internet do Consórcio durante o intervalo entre a data da convocação e da realização da assembleia, podendo dar publicidade aos consorciados por outros meios, tais como rede sociais, e constará do aviso:

- I - os nomes daqueles que convocaram a Assembleia;
- II - o local, o horário e a data da Assembleia; e
- III - a proposta de alteração do Protocolo e/ou Contrato de Consórcio;

Parágrafo terceiro – A Assembleia Geral se instalará na forma prevista no Protocolo/Contrato de Consórcio, e deliberará por maioria simples dos representantes de mais de 50% (cinquenta por cento) dos entes consorciados, presentes e aptos a votar.

Parágrafo quarto – Na Assembleia Geral será discutida a proposta de alteração apresentada pela Diretoria Executiva, e havendo o quórum de deliberação, primeiramente, caso houver, decidirá sobre emendas apresentadas, não havendo emendas ou consolidada a redação final, a proposta será submetida a aprovação.

Parágrafo quinto – No caso de alterações no Protocolo de Intenções e/ou Contrato de Consórcio, Resolução do Presidente, na forma aprovada pela Assembleia Geral, poderá fixar prazo para que as municipalidades consorciadas adequem suas legislações de regência.

CLÁUSULA SEXAGÉSIMA QUARTA-B - As alterações no Contrato de Consórcio Público serão propostas com observância da sistemática para alteração do Protocolo de Intenções, estabelecida na clausula anterior deste Protocolo de Intenções/Contrato de Consórcio, mediante proposta de Termo Aditivo, aprovado pela Assembleia Geral e ratificado por lei.

Parágrafo primeiro – Conforme prevê o Art. 12-A da Lei Federal 11,107/2005, a alteração do Contrato de Consórcio Público terá a sua eficácia condicionada à sua aprovação pela Assembleia Geral do Consórcio e à ratificação mediante lei pela maioria dos entes consorciados.

Parágrafo segundo – O Termo Aditivo de alteração do Contrato de Consórcio Público será formalizado após a última ratificação legal, com assinatura pelos Chefes do Poder Executivo dos Entes Federados consorciados e publicação na imprensa oficial, passando a produzir efeitos a contar de então.

Parágrafo terceiro – Promovidas alterações na legislação de regência do Protocolo de Intenções e/ou Contrato de Consórcio pela Assembleia Geral, a não ratificação e adequação das legislações de regência por membro consorciado no prazo estipulado, será considerado falta gravíssima, podendo ser dado início ao processo de exclusão, sempre antes assegurando-se o contraditório e ampla defesa.

Parágrafo quarto – As alterações do Protocolo de Intenções/Contrato de Consórcio somente entrarão em vigor após publicação no Diário Oficial dos Municípios de Goiás, no sítio do Consórcio na internet, e registro público.

Parágrafo quinto – A publicação do Protocolo de Intenções/Contrato de Consórcio poderá dar-se de forma resumida, desde que a publicação indique o local e o sítio da rede mundial de computadores – internet, em que se poderá obter seu texto integral.

CAPÍTULO XIII

DO PATIMÔNIO

CLÁUSULA SEXAGÉSIMA QUINTA – (INALTERADA)

CAPÍTULO XIV

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS – (INSERÇÃO DA CLAUSULA SETUAGÉSIMA QUARTA)

CLÁUSULA SEXAGÉSIMA SEXTA – (INALTERADA)

CLÁUSULA SEXAGÉSIMA SÉTIMA – (INALTERADA)

CLÁUSULA SEXAGÉSIMA OITAVA – (ALTERAÇÃO DO CAPUT)

CLÁUSULA SEXAGÉSIMA OITAVA – A interpretação do disposto neste contrato deverá ser compatível com o exposto no Preâmbulo do Protocolo de Intenções e os princípios que regem a administração pública.

CLÁUSULA SEXAGÉSIMA NONA – (INALTERADA)

CLÁUSULA SETUAGÉSIMA – (INALTERADA)

CLÁUSULA SETUAGÉSIMA PRIMEIRA – (INALTERADA)

CLÁUSULA SETUAGÉSIMA SEGUNDA – (ALTERAÇÃO DO CAPUT)

CLÁUSULA SETUAGÉSIMA SEGUNDA – Os serviços administrativos do **CM3R** poderão ser realizados, a título de cooperação, mediante cessão de servidores pela **ASSOCIAÇÃO SUL GOIANA DOS MUNICÍPIOS** situada na Rua 94 A, nº 77, Setor Sul, Goiânia, Estado de Goiás e pelos demais entes consorciados.

CLÁUSULA SETUAGÉSIMA TERCEIRA – (INALTERADA)

CLÁUSULA SETUAGÉSIMA QUARTA – Os estatutos poderão instituir ou estabelecer o diário oficial de publicação legal e divulgação dos atos do **CM3R**.

POR ESTAREM FIRMES E ACORDADOS, OS PREFEITOS MUNICIPAIS ASSINAM O PRESENTE TERMO ADITIVO EM 03 (TRÊS) VIAS DE IGUAL TEOR E FORMA.

Cidade de Goiânia, aos 20 dias do mês de novembro de 2024.

ASSINATURAS (ATUALIZAÇÃO DOS NOMES DE REPRESENTANTES SUBSCRITORES)

ANEXO I

ANEXO I

Contrato do Consórcio Municipal Três Rios – CM3R
Aprovado pela Assembleia Geral Ordinária do CM3R realizada no dia 06 de novembro de 2020)

QUADRO DE CARGOS – (RENOMEADO)
QUADRO DE PESSOAL

CARGO	VAGAS	SALÁRIO	CARGA HORÁRIA	NOMEAÇÃO
<u>Superintendente</u>	01	<u>R\$7.800,00</u>	40 horas semanais	comissão
<u>Assessor da Superintendência</u>	01	<u>R\$3.900,00</u>	40 horas semanais	comissão

PROPOSTA APROVADA
ANEXO – II
ALTERAÇÃO DO ESTATUTO

(Redação final das Alterações do Estatuto do CM3R, aprovado pela Assembleia Geral do Consórcio do dia 20/11/2024)

O Estatuto do Consórcio Intermunicipal de desenvolvimento Regional Três Rios – CM3R, nos termos do Art. 8º do Decreto 6.017/2017 que regulamentou a Lei 11.107/2005, e do Art. 14 do Estatuto, visando a consonância com as disposições do Protocolo de Intenções/Contrato de Consórcio, passa a vigorar com as seguintes alterações:

ESTATUTO DO CONSORCIO MUNICIPAL TRÊS RIOS – CM3R

CAPÍTULO I

Da Associação Pública

Seção - I

Do CM3R e dos Entes consorciados

Art. 1º – (INSERÇÃO DO INCISO XX, E INCISO XXI)

Art. 1º Consórcio Intermunicipal de Desenvolvimento Regional chamado de **CONSORCIO MUNICIPAL TRÊS RIOS/CM3R**, é uma associação pública, constituída sob a forma de pessoa jurídica de direito público interno, de natureza autárquica, que integra a administração indireta dos seguintes Municípios:

[...]

XX - MUNICÍPIO DE ITUMBIARA, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ com o nº 02.204.196/0001-61, com sede na Av. Beira Rio, nº 01, Vila de Furnas, Itumbiara – GO, representado por seu prefeito ~~Dione José de Araújo~~ (Lei municipal nº 5.256/2023). *(redação dada pelo 1º Termo Aditivo/2023)*

XXI – MUNICÍPIO DE CACHOEIRA DOURADA, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ com o nº 00.079.806/0001-17, com sede na Praça dos Três Poderes, nº 10, centro, Cachoeira Dourada – GO, representado por seu prefeito (Lei municipal nº 930/2023);

[...]

Subseção - I

Da condição de Ente consorciado

Art. 2º – (INALTERADO)

Art. 3º – (INALTERADO)

CAPITULO II

Do objeto do Estatuto e finalidades do consórcio

Seção - I

Do objeto do Estatuto

Art. 4º – (INALTERADO)

Seção - II

Das finalidades gerais

Art. 5º – (ALTERAÇÃO DO INCISO XII, E INSERÇÃO DOS INCISOS: XIII, XIV, XV, XVI)

[...]

XII – exercer competências pertencentes aos entes consorciados, nos termos das autorizações e delegações por eles conferidas e aprovadas pela assembleia geral.

XIII - o compartilhamento ou uso em comum de bens, máquinas, instrumentos e equipamentos;

XIV - a promoção do uso racional dos recursos naturais e a proteção ao meio-ambiente;

XV – captação de recursos via emendas parlamentares para execução de obras, aquisição de veículos, máquinas e equipamentos, de interesse comum, nas áreas de serviços objeto do consórcio; e

XVI - realizar licitação compartilhada da qual decorram contratos administrativos celebrados por entes consorciados ou órgãos de sua administração indireta dentro das áreas de atuação do Consórcio.

Seção - III

Das finalidades específicas

Art. 6º – (NOVA REDAÇÃO PARA OS INCISOS: I, II, III, VI, V, VI, E INSEÇÃO DOS INCISOS: VII, VIII, IX, X)

Art. 6º São finalidades específicas do **CM3R** atuar, por meio de ações regionais, como gestor, articular, planejador ou executar dos serviços públicos, nas seguintes áreas:

- I – Saneamento Básico;
 - II – Meio Ambiente;
 - III – Saúde;
 - IV – Educação;
 - V – Recursos Hídricos;
 - VI – Energia e Iluminação Pública;
 - VII – Transporte;
 - VIII – Trânsito;
 - IX – Indústria e Comércio e Agricultura. e
 - X – Assistência Social
- [...]

CAPITULO III

Da estrutura organizacional

(INSERÇÃO DA SEÇÃO - IX)

Seção - I

Dos órgãos do CM3R

Art. 7º – (INSEÇÃO DO INCISO IX)

Art. 7º O CM3R apresentará as seguintes instâncias administrativas sem prejuízo de outras eventualmente definidas mediante decisão da assembleia geral:

[...]

IX – Comissões Técnicas;

Seção - II

Da Assembleia Geral;

Art. 8º – (INALTERADO)

Art. 9º – (ALTERAÇÃO DO INCISO VI ALINEA D)

Art. 9º Compete à assembleia geral:

[...]

VI – aprovar:

[...]

d) as contas anuais de gestão e de governo do CM3R

[...]

Subseção - I

Da convocação

Art. 10 – (ALTERAÇÃO DO CAPUT)

Art. 10. A assembleia geral reunir-se-á quadrimestralmente de forma ordinária, havendo a possibilidade de convocações extraordinárias.

[...]

Art. 11 – (ALTERAÇÃO DO PARAGRAFO 3º)

Art. 11. A assembleia geral será convocada mediante edital publicado em jornal de grande circulação ou por qualquer outro meio legal adotado pelo consórcio, de ampla publicidade, que de ciência aos membros do **CM3R**.

[...]

§ 3º Em havendo quórum de maioria absoluta, a presença dos entes consorciados supre a convocação ou a notificação de que trata este artigo.

Subseção - II

Do quórum de instalação

Art. 12 – (INALTERADO)

Subseção - III

Das deliberações da Assembleia Geral

Art. 13 – (INALTERADO)

Subseção - IV

Das deliberações de alteração do Estatuto

Art. 14 – (ALTERAÇÃO DO CAPUT)

Art. 14. Para a alteração de dispositivos do Estatuto exigir-se-á a apresentação de proposta da Diretoria Executiva ou de pelo menos dois entes consorciados, a qual deverá ser submetida à assembleia geral para deliberação.

Art. 15 – (INALTERADO)

Art. 16 – (ALTERAÇÃO DO CAPUT E DO PARAGRAFO ÚNICO)

Art. 16. O quórum para instalação e deliberação da alteração deste Estatuto pela assembleia geral será da maioria absoluta dos entes consorciados.

Parágrafo único. não havendo o quórum em primeira convocação, considera-se automaticamente convocada e, em segunda convocação, 30 (trinta) minutos depois, no mesmo local, a assembleia geral se instalará e deliberará com a presença mínima de 1/3 (um terço) dos consorciados.

Subseção - V

Das atas

Art. 17 – (ALTERAÇÃO DO PARAGRAFO 2º)

Art. 17. Nas atas da Assembléia Geral serão registradas:

[...]

§ 2º A ata será digitalizada e rubricada em todas as suas folhas, inclusive de anexos, por aquele que a lavrou e por quem presidiu os trabalhos da Assembléia Geral, e apensada no livro de registro de atas na sequência das páginas

Art. 18 – (ALTERAÇÃO DO CAPUT)

Art. 18. Sob pena de ineficácia das decisões nela tomadas, a Integra da ata da Assembléia Geral será registrada em cartório competente, afixada na sede do Consórcio e publicada no sítio que o Consórcio mantiver na internet por pelo menos quatro anos.

[...]

Subseção - VI

Do Regimento Interno

Art. 19 – (INALTERADO)

Seção - III

Da Diretoria Executiva

Art. 20 – (INALTERADO)

Art. 21 – (ALTERAÇÃO DO CAPUT)

Art. 21. A Diretoria reunir-se-á pelo menos a cada 4 (quatro) meses, sendo suas reuniões convocadas pelo Presidente ou pela maioria dos seus membros.

[...]

Art. 22 – (ALTERAÇÃO DO INCISO XII, E INSERÇÃO DOS INCISOS: XIV E XV)

[...]

[...]

XII – propor alteração do Protocolo de Intenções/Contrato de Consórcio e do Estatuto do CM3R.

[...]

XIV – atendendo solicitação de entes consorciados, decidir sobre a realização de licitações compartilhadas.

XV – aprovar os Planos de Trabalho das áreas de serviços públicos do Consórcio.

[...]

Art. 23 – (INALTERADO)

Seção - IV

Do Presidente e Vice-Presidente

Art. 24 – (INALTERADO)

Art. 25 – (ALTERAÇÃO DO INCISOS: X, XI, XVII, XXI, INSERÇÃO DOS INCISOS: XXII, XXIII, E ALTERAÇÃO DO PARAGRAFO ÚNICO)

Art. 25. Ao presidente do CM3R dentre outras atribuições, compete:

[...]

X – solicitar a cessão de servidores dos entes consorciados, suas autarquias, empresas públicas, associações de representação de municípios, constituída na forma da Lei Federal nº 14.341, de 18 de maio de 2022, reconhecidas de utilidade pública, para prestar serviço ao Consórcio;

XI – autorizar pagamentos e movimentar recursos financeiros, gerir o patrimônio do CM3R, movimentar contas bancárias, assinar cheques, notas de empenho, ordem de pagamento e quaisquer documentos financeiros referentes ao CM3R, em conjunto com o tesoureiro;

[...]

XVII - submeter a apreciação do conselho fiscal, e posteriormente da assembleia geral, as contas anuais de gestão e de governo do CM3R até dia 15 de fevereiro de cada exercício financeiro;

[...]

XXI – baixar as resoluções das decisões da Assembleia Geral, e as portarias para funcionamento do Consórcio.

XXII – criar Comissões Técnicas para atender demandas do Consórcio nas áreas de serviço público previstas neste contrato; e

XXIII – nomear a Comissão de Licitação, o Pregoeiro e o Controlador Interno do Consórcio.

Parágrafo único. O presidente poderá delegar ao superintendente em conjunto com o tesoureiro, as atribuições do inciso XI deste artigo.

Art. 26 – (INALTERADO)

Subseção - I

Dos Mandatos

Art. 27 – (ALTERAÇÃO DO PARAGRAFO ÚNICO)

Art. 27. Os mandatos de presidente, vice-presidente, 1º e 2º secretários, tesoureiro e conselho fiscal são de 02 (dois anos), coincidindo sempre com os primeiros e segundos anos, e/ou os terceiros e quartos anos dos mandatos de prefeitos.

Parágrafo único. é permitida a reeleição para mandatos subsequentes.

Art. 28 – (INALTERADO)

Art. 29 – (INALTERADO)

Subseção - II

Da Eleição e Posse do presidente, vice-presidente, 1º e 2º secretários tesoureiro, e conselho fiscal.

Art. 30 – (INALTERADO)

Art. 31 – (ALTERAÇÃO DO PARAGRAFO ÚNICO)

Art. 31. A eleição do presidente, do vice-presidente, 1º e 2º secretários, tesoureiro e conselho fiscal será realizada na primeira quinzena do mês de janeiro do ano subsequente ao término dos mandatos de prefeitos.

Parágrafo único. A data da eleição poderá ser adiada ou antecipada por decisão da assembleia geral, convocada para esse fim.

Seção - V

Do 1º e 2º Secretários

Art. 32 – (INALTERADO)

Seção - VI

Do Tesoureiro

Art. 33 – (INALTERADO)

Seção - VII

Do Conselho Fiscal

Art. 34 – (NOVA REDAÇÃO)

Art. 34. O Conselho Fiscal é o órgão de controle e fiscalização interna do Consórcio, constituído de 03 (três) membros efetivos e de 02 (dois) membros suplentes sendo estes: 1º suplente e 2º suplente, serão eleitos na mesma Assembleia de eleição da Diretoria Executiva, por indicações consensuais feitas pelos participantes da assembleia.

§ 1º O Conselho Fiscal reunirá ordinariamente após a Assembleia Geral de Eleição do Consórcio para eleger o Presidente, e anualmente até o último dia de fevereiro para analisar e emitir o parecer sobre a prestação de contas anuais apresentadas pela Diretoria Executiva, extraordinariamente quando necessário reunirá.

§ 2º O Presidente do Conselho deverá convocar as reuniões ordinárias com 15 (quinze) dias de antecedência, podendo as mesmas, em caso de omissão do presidente do conselho, ser convocada de forma extraordinária por qualquer um de seus membros.

§ 3º O parecer do Conselho será de: regularidade ou irregularidade das contas apresentadas pela Diretoria Executiva.

§ 4º O Conselho só pode deliberar com a presença de 03 (três) de seus membros.

§ 5º Em caso de impedimento de algum dos membros efetivos de participar da reunião do Conselho, o presidente do conselho convocará o suplente imediato.

Art. 35 – (ALTERAÇÃO DO CAPUT, E INSERÇÃO DOS INCISOS: I, II, III, IV, V, VI)

Art. 35. Compete ao Conselho Fiscal:

I – fiscalizar toda atividade econômica da Consórcio;

- II – acompanhar periodicamente a escrituração e documentações contábeis do Consórcio;
- III – examinar a prestação de contas da Diretoria Executiva, emitindo seu primeiro parecer, e encaminhar as peças contábeis para apreciação da Assembleia Geral;
- IV – convocar e colocar em apreciação da Assembleia Geral as irregularidades constadas na administração no Consórcio;
- V – fiscalizar o cumprimento dos contratos de rateio do Consórcio; e
- VI – baixar parecer de suas decisões;

[...]

Seção - VIII

Da Superintendência

Art. 36 – (INALTERADO)

Art. 37 – (INALTERADO)

Art. 38 – (ALTERAÇÃO DO INCISO XV, E INSERÇÃO DO PARÁGRAFO ÚNICO)

Art. 38. Compete ao superintendente, como auxiliar da presidência, o planejamento, a coordenação, o controle e a execução das atividades referentes a finalidade e objetivos do **CM3R**, execução das rotinas administrativas, exercendo, dentre outros, as seguintes atribuições:

[...]

XV – elaborar o relatório de ações e atividades desenvolvidas pelo **CM3R**;

[...]

Parágrafo único. o assessor da superintendência exercerá atividades subsidiária e de apoio as competências do superintendente.

Seção - IX

Das Comissões Técnicas

Art. 39. As comissões Técnicas serão órgãos de apoio a administração do Consórcio auxiliando no cumprimento de seus objetivos nas áreas de serviço público definidas no Contrato de Consórcio.

§ 1º As Comissões Técnicas serão criadas pelo Presidente do Consórcio através de portaria.

§ 2º Os Técnicos serão do quadro de pessoal do Consórcio ou cedidos pelos entes consorciados, mediante solicitação do Presidente do consórcio.

§ 3º As Comissões poderão funcionar de forma permanente ou por tempo determinado, de acordo com as exigências das demandas.

Art. 39-A. Compete as Comissões Técnicas:

- I - elaboração de estudos técnicos;
- II - elaboração de planos de trabalho;
- III - emitir pareceres técnicos;
- IV - planejar e realizar procedimentos técnicos administrativos;
- V - inspecionar serviços prestados pelo/ao Consórcio; e
- VI - acompanhar a execução de projetos.

CAPITULO - IV

Dos recursos humanos

Seção - I

Do pessoal

Art. 40 – (INALTERADO)

Art. 41 – (INALTERADO)

Seção - II

Da cessão de servidores pelos entes consorciados

Art. 42 – (ALTERAÇÃO DO CAPUT E INSERÇÃO DO PARAGRAFO 5º)

Art. 42. Os entes consorciados, suas autarquias, empresas públicas, associações de representação de municípios constituída na forma da Lei Federal nº 14.341 de 18 de maio de 2022 e/ou reconhecidas de utilidade pública, poderão disponibilizar servidores para ocupar os cargos, funções administrativas, jurídicas, contábeis, controle interno, e as comissões técnicas do Consórcio, na forma e condições da legislação de cada um.

[...]

§ 5º Para a cessão de servidores com ônus ao Consórcio será necessário a aprovação da Assembleia Geral, e, no caso de a cessão ser sem ônus, exigir-se-á apenas aceitação do presidente.

Seção - III

Dos Concursos Públicos

Art. 43 – (INALTERADO)

Seção - IV

Da contratação por tempo determinado para atender necessidade temporária de excepcional interesse publico

Art. 44 – (INALTERADO)

Art. 45 – (INALTERADO)

Art. 46 – (INALTERADO)

Art. 47 – (INALTERADO)

Art. 48 – (INALTERADO)

Art. 49 – (INALTERADO)

Art. 50 – (INALTERADO)

CAPITULO - V

Do planejamento e regulação dos serviços públicos

Seção - I

Dos instrumentos

Art. 51 – (INALTERADO)

Seção - II

Das Audiências e Consultas Públicas

Art. 52 – (INALTERADO)

CAPITULO - VI

Da gestão orçamentária, financeira e patrimonial

Seção - I

Do orçamento

Art. 53 – (INALTERADO)

Art. 54 – (INALTERADO)

Art. 55 – (ALTERAÇÃO DO CAPUT)

Art. 55. A assembleia geral, por maioria simples, aprovará o orçamento e os planos plurianuais, em única convocação, devendo as deliberações ocorrer até o final da primeira quinzena do mês de dezembro.

Art. 56 – (INALTERADO)

Art. 57 – (INALTERADO)

Art. 58 – (ALTERAÇÃO DO CAPUT)

Art. 58. Aprovado o orçamento, será publicado até o final do ano, no Diário Oficial dos Municípios de Goiás, no sítio do Consórcio na internet, e levado a registro público, para ser executado no exercício seguinte.

Seção - II

Da gestão patrimonial

Art. 59 – (INALTERADO)

CAPITULO - VII

Da retirada, exclusão e Admissão de consorciados

Seção - I

Da retirada

Art. 60 – (ALTERAÇÃO DO CAPUT)

Art. 60. Os Consorciados poderão se retirar do **CM3R** mediante comunicação formal a ser entregue em assembleia geral, com antecedência mínima de 30 (trinta) dias, na forma previamente disciplinada por lei.

[...]

Art. 61 – (INALTERADO)

Seção - II

Da exclusão

Subseção - I

Das hipóteses de exclusão

Art. 62 – (INALTERADO)

Art. 63 – (INALTERADO)

Art. 64 – (INALTERADO)

Subseção - II

Do procedimento de exclusão

Art. 65 – (INALTERADO)

Art. 66 – (INALTERADO)

Art. 67 – (INALTERADO)

Art. 68 – (INALTERADO)

Art. 69 – (INALTERADO)

Art. 70 – (INALTERADO)

Art. 71 – (INALTERADO)

Art. 72 – (INALTERADO)

Seção - III

Da admissão

(ALTERAÇÃO E INSERÇÃO DO ART. 73-A)

Art. 73 – (ALTERAÇÃO DA REDAÇÃO)

Art. 73. É facultado o ingresso de novos Entes federativos no **CM3R** a qualquer momento, o que se fará com o pedido formal à Diretoria Executiva, o qual, uma vez aprovada na Assembleia Geral e atendidos os requisitos legais e os deste Estatuto, informará da aceitação ou não do novo consorciado.

§ 1º Aprovado o ingresso do Ente no Consórcio Público, este providenciará:

I - Lei Municipal de Ratificação do Protocolo de Intenções consolidado e de autorização para adesão ao Contrato de Consórcio Público;

II - celebração do Contrato de Rateio e subscrição de Contrato de Programa;

III - inclusão da dotação orçamentária na Lei Orçamentária Anual, para destinação de recursos financeiros ao **CM3R**;

IV - efetiva participação nas atividades do **CM3R** e nas Assembleias Gerais, com colaboração para ações de fortalecimento e defesa da Entidade e de suas prerrogativas.

§ 2º O Ente admitido passará a integrar o Contrato de Rateio, assumindo compromisso de repasse de recursos financeiros ao **CM3R**, a partir do início do exercício seguinte ao cumprimento do estabelecido no inciso I do parágrafo anterior, ou seja, a partir de 1º de janeiro do ano posterior à promulgação da Lei Municipal de ratificação do Protocolo de Intenções.

§ 3º A efetivação do ingresso do Ente no **CM3R** se dará com assinatura de:

I - adendo ao protocolo de intenções para adesão a este pelo Ente ingressante, e anuência expressa dos demais consorciados, antes da ratificação legislativa;

II - aditivo ao Contrato de Consórcio público, após o cumprimento da etapa estabelecida no inciso I do § 1º deste artigo;

III - adendo ao Estatuto do Consórcio, com inclusão dos incisos correspondentes a identificação do Ente admitido.

Art. 73-A. Na hipótese de a lei de ratificação prever reservas para afastar ou condicionar a vigência de cláusulas, parágrafos, incisos ou alíneas do Protocolo de Intenções, do Contrato de Consórcio Público ou deste Estatuto, o consorciamento do Município interessado dependerá da aceitação das reservas previstas pelos Entes Federados que já compõe o Consórcio Público.

Parágrafo único. Não será admitida nenhuma reserva ou limitação posterior ao ingresso do ente federado a qualquer uma das finalidades objeto da instituição do Consórcio Público.

CAPÍTULO – VIII

(NOVO TÍTULO)

Da alteração do Protocolo de Intenções e do Contrato de Consórcio, e da extinção do CM3R

Seção – I

(NOVO TÍTULO)

Dos procedimentos de alteração do Protocolo de Intenções e do Contrato

Art. 74 – (ALTERAÇÃO DA REDAÇÃO)

Art. 74. Alterações no Protocolo de Intenções terão caráter originário e implicarão na sua imediata aplicabilidade a partir do momento em que se obtiver a maioria simples de aprovações por intermédio do respectivo ato legislativo dos entes consorciados.

§ 1º A alteração do Protocolo de Intenções observará o procedimento estabelecido nesta cláusula e na legislação aplicável.

§ 2º Mediante a proposta da Diretoria Executiva, o Presidente convocará Assembleia Geral Extraordinária com no mínimo 10 (dez) dias de antecedência da data de sua realização, por meio de edital publicado no Diário Oficial dos Municípios de Goiás, no quadro de avisos da sede do Consórcio, no sítio da Internet do Consórcio durante o intervalo entre a data da convocação e da realização da assembleia, podendo dar publicidade aos associados por outros meios, tais como rede sociais, e constará do aviso:

- I - os nomes daqueles que convocaram a Assembleia;
- II - o local, o horário e a data da Assembleia; e
- III - a proposta de alteração do Protocolo e/ou Contrato de Consórcio;

§ 3º A Assembleia Geral se instalará na forma prevista no Protocolo/Contrato de Consórcio, e deliberará por maioria simples dos representantes de mais de 50% (cinquenta por cento) dos entes consorciados, presentes e aptos a votar.

§ 4º Na Assembleia Geral será discutida a proposta de alteração apresentada pela Diretoria Executiva, e havendo o quórum de deliberação, primeiramente decidirá sobre eventuais emendas apresentadas, não havendo emendas ou consolidada a redação final, a proposta será submetida a aprovação.

§ 5º No caso de alterações no Protocolo de Intenções e/ou Contrato de Consórcio, Resolução do Presidente, na forma aprovada pela Assembleia Geral, poderá fixar prazo para que as municipalidades consorciadas adequem suas legislações de regência.

Art. 75 – (ALTERAÇÃO DA REDAÇÃO)

Art. 75. As alterações no Contrato de Consórcio Público serão propostas com observância da sistemática para alteração do Protocolo de Intenções, estabelecida na cláusula anterior, mediante proposta de Termo Aditivo, aprovado pela Assembleia Geral e ratificado por lei pelos municípios consorciados.

§ 1º Conforme prevê o Art. 12-A da Lei Federal 11,107/2005, a alteração do Contrato de Consórcio Público terá a sua eficácia condicionada à sua aprovação pela Assembleia Geral do Consórcio e à ratificação mediante lei pela maioria dos entes consorciados.

§ 2º O Termo Aditivo de alteração do Contrato de Consórcio Público será formalizado após a última ratificação legal, com assinatura pelos Chefes do Poder Executivo dos Entes Federados consorciados e publicação na imprensa oficial, passando a produzir efeitos a contar de então.

§ 3º Promovidas alterações na legislação de regência do Protocolo de Intenções e/ou Contrato de Consórcio pela Assembleia Geral, a não ratificação e adequação das legislações de regência por membro consorciado no prazo estipulado, será considerado falta gravíssima, podendo ser dado início ao processo de exclusão, sempre antes assegurando-se o contraditório e ampla defesa.

§ 4º As alterações do Protocolo de Intenções/Contrato de Consórcio somente entrarão em vigor após publicação no Diário Oficial dos Municípios de Goiás, no sítio do Consórcio na internet, e registro público.

§ 5º A publicação do Protocolo de Intenções/Contrato de Consórcio poderá dar-se de forma resumida, desde que a publicação indique o local e o sítio da rede mundial de computadores – internet, em que se poderá obter seu texto integral.

Seção - II

Da extinção do CM3R

Art. 76 – (INALTERADO)

CAPÍTULO – IX

(ALTERAÇÃO E INSERÇÃO DO ART. 81)

Das disposições gerais e transitórias

Seção - I

Das disposições gerais

Art. 77 – (INALTERADO)

Art. 78 – (INALTERADO)

Art. 79 – (INALTERADO)

Seção - II

Das disposições transitórias

Art. 80 – (ALTERAÇÃO DO CAPUT)

Art. 80. No último ano de mandato dos prefeitos consorciados, a convocação para eleição de diretores e conselheiros do **CM3R** será dirigida ao prefeito(a) eleito(a) e diplomado(a), para após a posse no município, participar da Assembleia Geral Ordinária de eleição no Consórcio.

Art. 81. Fica estabelecido o Diário Oficial da Federação Goiana de Municípios como órgão oficial de publicação legal e divulgação dos atos do **CM3R**.

Cidade de Goiânia, aos 20 dias do mês de novembro de 2024.

ASSINATURAS (ATUALIZAÇÃO DOS NOMES DE REPRESENTANTES SUBSCRITORES)

ANEXO I - Estatuto do CM3R

QUADRO DE PESSOAL

(Aprovado pela Assembleia Geral Ordinária do CM3R realizada no dia 06 de novembro de 2020)

Cargo	Vagas	Salário	Carga horária semanal	Nomeação
<u>Superintendente</u>	01	<u>R\$7.800,00</u>	40 horas semanais	comissão
<u>Assessor da Superintendência</u>	01	<u>R\$3.900,00</u>	40 horas semanais	comissão

